

O gênero da hereditariedade na política: uma via de acesso para os eleitos municipais da Gironda¹

Victor Marneur

Resumo: Os municípios rurais constituem um terreno privilegiado para a transmissão hereditária dos mandatos municipais. A este respeito, e mesmo se vários estudos tenham demonstrado a natureza patrilinear dessa herança, é importante questionar a probabilidade de as mulheres herdarem um mandato. Os resultados de uma pesquisa com questionário e entrevistas realizada nos municípios da Gironda entre 2012 e 2014 permitiram identificar várias formas de patrimônio político nas zonas rurais. Enquanto alguns funcionam para ambos os sexos, existem termos e condições específicos para que as mulheres recebam um mandato. Assim, resulta que, em alguns contextos, particularmente os não privilegiados, a herança é um canal de acesso ao espaço público, permitindo que as mulheres neutralizem os efeitos de desmobilização do seu gênero na política.

Plano do artigo

1. "Em nome do pai": o patrônimo como recurso na competição municipal

Entre hereditariedade eletiva localizada e socialização familiar

Uma transmissão patrilinear de mandatos municipais particularmente eficazes nas pequenas cidades.

2. A transmissão do mandato municipal para as mulheres: herdeiras por falta de opção?

Sucessão entre cônjuges: as condições para a eleição de "substitutos"

Herança como acelerador da carreira municipal? Recursos profissionais de herdeiros e transferência de ativos para "meninos faltantes"

Sobre o autor

Victor Marneur

Estudante de doutorado em Ciência Política no Centro Emile Durkheim - Bordeaux. Está preparando sua tese de doutorado sobre a entrada e carreira das mulheres nos municípios das comunidades rurais e periurbanas da Gironda, sob a orientação de Marion Paoletti e Magali Della Sudda. Sua pesquisa se concentra mais especificamente em gênero e poder local. Ele está particularmente interessado na questão das relações de poder do ponto de vista do gênero em um contexto de mudança territorial.

victor.marneur@gmail.com

¹ Tradução livre de Ana Vanali. Texto original «Le genre de l'héritité en politique : une filière d'accès pour les élues municipales en Gironde?», Critique internationale, vol. 73, Nº 4, 2016, p. 53-70. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2016-4-page-53.htm>. Acesso 25.outubro.2017. Autorização para a publicação da tradução cedido por Catherine Burucoa, responsável da Revista Critique Internationale (Sciences Po, Centre de Recherches Internationales) no dia 15 de novembro de 2017.

O gênero da hereditariedade na política: uma via de acesso para os eleitos municipais da Gironda

Victor Marneur

Se a herança na política "é contrária ao senso comum democrático"², uma vez que prejudica a igualdade de oportunidades na competição, a herança parece continuar a ser um dos canais de acesso privilegiado para o poder local. A fraca autonomia do espaço político municipal no meio rural³ dá origem à valorização de formas particulares de recursos entre os quais a fama, o ancoradouro⁴ e a família pertencente⁵. Esses registros de legitimação constituem um terreno favorável para a transmissão de mandatos dentro das mesmas famílias, particularmente em contextos geralmente não muito competitivos⁶. Além disso, apesar da natureza pejorativa das representações associadas ao status de herdeiro, os casos de sucessão familiar particularmente nas comunidades rurais, são numerosas⁷. De acordo com Philippe Garraud, "*a noção de hereditariedade política e eletiva pode ser empiricamente definida por ter tido um pai*

² PATRIAT, Claude e PARODI, Jean-Luc (orgs). **A hereditariedade na política**. Paris: Economica, 1992, p. 1.

³ Esta é uma integração fraca com a lógica que estrutura a competição política central (partidos políticos, questões especificamente constituídas como políticas). Nas áreas rurais, relacionamentos da competição política são "um elemento quase indistinto de relações sociais e, ao mesmo tempo, mais heterônomo do que autônomo". GAXIE, Daniel e LEHINGUE, Patrick. **Apostas municipais: a constituição das apostas políticas em uma eleição municipal**. Paris: PUF, 1984, p. 19-20.

⁴ Nos referimos aqui à noção de "capital de autoctonia" construído por Jean-Noël Retière. São todos os recursos simbólicos que a inscrição em uma rede localizada de sociabilidade beneficiam principalmente as classes trabalhadoras privadas de outras formas de capital (econômico, cultural). RETIERE, Jean-Noël. "**Ao redor da autoctonia: reflexões sobre a noção de capital social popular**". In: *Politix*, 16 (63), 2003, p. 121-143.

⁵ Marc Abélès observa que pertencer a uma linhagem e o nome bastam "para conferir ao seu titular o direito de capacidade de assumir as responsabilidades locais". ABELES, Marc. **Dias tranquilos em 89: etnologia política de um departamento francês**. Paris: Odile Jacob, 1988, p. 28.

⁶ Jean-Yves Nevers mostra que a probabilidade de várias listas concorrentes se oporem dentro do quadro de uma eleição municipal aumenta conforme o tamanho do município. NEVERS, Jean-Yves. "**Entre o consenso e o conflito: a configuração das eleições municipais nos municípios rurais**". In: *Revue française de sociologie*, 33 (3), 1992, p. 404.

⁷ O peso do parentesco na transmissão do poder municipal nas áreas rurais foi demonstrado em vários estudos realizados da década de 1970. Veja em particular:
KARNOOUIH, Claude. "**Democracia impossível. Parentesco e política em uma vila de Lorena**". In: *Rural Studies*, 52, 1973, p. 24-56.
LEVI-STRAUSS, Laurent. "**Poder municipal e parentesco em uma vila da Borgonha**". In: *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, 30 (1), 1975, p. 149-159.
Mais recentemente, e com base em uma comparação entre diferentes trabalhos sobre a questão, Christian Le Bart, aponta a persistência, até certo ponto, da transmissão hereditária do poder municipal. LE BART, Christian. **Os prefeitos: sociologia de um papel**. Villeneuve-d'Ascq :University Press Septentrion, 2003, p. 198.

ativista político ou/e eleito, na medida em que esses dois atributos característicos possam ser vinculados e acumulados. Algumas "vocações" dos eleitos parecem depender de contextos ou de ambientes familiares especiais, uma vez que, para esses eleitos, a ação política, seja partidária ou eletiva, foi precocemente familiar e valorizada, permitindo assim a aquisição de uma predisposição"⁸. As noções de "vocação" e de "predisposição" são centrais porque não é tanto o assento do eleito que é transmitido, mas um profundo interesse pela política. Nesse sentido, Mattei Dogan diz, sobre os "herdeiros" parlamentares da III e IV Repúblicas, que o assento não é transmitido como um "bem familiar", mas que a herança é "sobretudo de natureza psicossocial", uma vez que é a "vocação política" que o herdeiro herda, "mais do que uma situação dada"⁹.

Portanto, é importante distinguir entre "hereditariedade política (socialização na política) e hereditariedade eletiva (transmissão do mandato)"¹⁰. O ter um parente próximo que foi eleito no município revela a hereditariedade eletiva, ao ter um parente eleito para outro município ou para outro nível político é mais uma questão de hereditariedade política. Se a hereditariedade eletiva parece inseparável da hereditariedade política, a herança política pode existir independentemente da herança eletiva. Em outras palavras, é possível herdar interesse pela política sem herdar um mandato.

No entanto, a herança na política não funciona como os outros tipos de herança. No caso das empresas, por exemplo, a "transmissão legal"¹¹ é decidida especialmente na intimidade da família, já a transmissão do status do eleito, é dependente da escolha dos eleitores que, por seu voto, validam ou não a sucessão. Devemos também levar em consideração a transmissão de notoriedade induzida por pertencer a uma família estabelecida localmente. Além de uma socialização para a política, é o patrimônio simbólico de respeitabilidade e de boa reputação que é legado, uma vez que o herdeiro tem todas as chances de se beneficiar da rede de relacionamentos que sua família desenvolveu ao longo das gerações no território restrito do município. Sylvain Maresca indica que o acesso ao poder municipal nas pequenas cidades deve ser entendido à luz da "importância dos grupos familiares que condensam em nomes conhecidos localmente os ativos coletivos acumulados por todo o grupo, tornando-os mobilizados por indivíduos com direito a reivindicá-los (pessoas "válidas")"¹².

⁸ GARRAUD, Philippe. "A cidade como herança. Hereditariedade familiar e hereditariedade política entre prefeitos urbanos". In: PATRIAT, C. e PARODE, J.-L. (orgs). A hereditariedade na política, op. cit., p. 220.

⁹ DOGAN, Mattei. "Os caminhos para a carreira política na França". In: Revue française de sociologie, 8 (4), 1967, p. 486.

¹⁰ OFFERLE, Michel. "Usos e usura da hereditariedade na política". In: French Review of Political Science, 43 (5), 1993, p. 851.

¹¹ Céline Bessière distingue três formas de transmissão no âmbito das empresas vinícolas: a de profissão (know-how, gosto pela profissão), a do patrimônio profissional (propriedade familiar) e a de status (comprador da empresa). BESSIERE, Céline. **De geração em geração: arranjos familiares nas empresas vinícolas de Cognac**. Paris: Raisons d'agir, 2010.

¹² MARESCA, Sylvain. "O território político". In: French Review of Political Science, 34 (3), 1984, p. 449.

Esses elementos nos levam a pensar sobre a herança política em sua dimensão localizada, uma vez que parece estar intimamente ligada à ancoragem territorial da família. No entanto, devemos levar em consideração o caráter "psicosocial" da herança, isto é, a transmissão do interesse pelos assuntos públicos. Vamos considerar, portanto, como herdeiro(a) todo eleito(a), um membro qualquer da família, estendida aos sogros e, portanto, aos cônjuges, que exerceu um mandato municipal, no mesmo município ou em outro lugar.

A herança política nunca foi abordada na perspectiva de gênero, e não está claro se existem diferenças por sexo nos modos de transmissão da "vocação política"¹³. No máximo, podemos deduzir pela baixa proporção de mulheres eleitas para as assembleias representativas antes das reformas paritárias que a herança, se existir herança, em grande medida, se fez em detrimento das mulheres. Uma série de trabalhos sobre este t pico no campo econ mico corroboram essa descoberta. Vários autores mostraram que o patrimônio imobiliário e profissional   herdado especialmente de acordo com uma lógica patrilinial¹⁴. Este é particularmente o caso dos agricultores e, de maneira geral, das profissões independentes. Dentro destas famílias, o patrimônio produtivo é prioritariamente transmitido aos meninos, o que leva Céline Bessiere e Sibylle Gollac a concluir que "*os homens monopolizam os elementos do capital da linhagem que são os mais valorizados*"¹⁵. Além das famílias de trabalhadores independentes, outros trabalhos mostraram, em diferentes sequências temporais, a persistência do lugar particular dos meninos, em particular dos primogênitos, no processo de transmissão familiar¹⁶.

Por conseguinte, parece lógico que os mandatos eleitorais - que constituem bens particularmente valorizados - sejam monopolizados pelos meninos. No entanto, nossa pesquisa revela que algumas mulheres sucedem (sob certas condições) a um pai que exerceu um mandato municipal. Quais são as lógicas que estão por baixo dessas transmissões "improváveis" de pai para filha? Nós sabemos que as mulheres experimentam mais frequentemente do que os homens uma sensa o de incompetência e auto exclusão quando se trata de assumir o controle dos negócios p blicos¹⁷. Em qual medida o fato de ter um pai eleito produz nelas um sentimento de "auto capacita o"¹⁸ para o exercício de um mandato municipal?

¹³ C. Le Bart, no entanto, tentou distinguir as formas de se apropriar da herança por sexo. Enquanto os homens tendem a naturalizar sua herança, as mulheres preferem percebê-la em termos de estratégia. LE BART, C. "**A prefeitura na herança. Histórias autobiográficas de algumas representantes das dinastias dos eleitos locais**". In: Politix, 7 (27), 1994, p. 163.

¹⁴ Veja em particular o trabalho de Céline Bessiere e Sibylle Gollac sobre a transmissão hereditária em famílias independentes (comerciantes/artesões, agricultores). BESSIERE, Céline Bessiere e GOLLAC, Sibylle. "**O silêncio das práticas. A questão das relações de gênero em famílias de 'independentes'**". In: Sociétés & Représentations, 24 (2), 2007, p. 47.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ ZARCA, Bernard. "**Proximidades sócio-profissionais entre irmãos e entre aliados: uma compara o na dura o média**". In: Population, 54 (1), 1999. p. 37-71.
GOLLAC, S. "**As ambigüidades dos anciãos do sexo masculino. Transferências patrimoniais e transmissão de status social de gera o em gera o**". In: Revue française de sociologie, 54 (4), 2013, p. 709-740.

¹⁷ SINEAU, Mariette. **Mulheres na política**. Paris: Economica, 1988, p. 102.

Responderemos estas questões com base em dados de uma pesquisa de campo realizada como parte de nossa tese em curso intitulada *"Relações sociais entre sexo e poder municipal nas áreas rurais. O caso dos "pequenos" municípios da Gironda¹⁹ quando da implantação das reformas paritárias"*. Entre 2012 e 2014, enviamos um questionário aos eleitos(as) dos 542 municípios da Gironda, primeiro eletronicamente, depois por correio, como meio de relance²⁰. 187 vereadores finalmente retornaram o questionário, dos quais 70 eram mulheres. Durante o mesmo período, 30 entrevistas mais profundas foram realizadas com as eleitas municipais (26 prefeitas) e 10 com eleitos municipais²¹.

Os dados coletados permitiram identificar diferentes formas de herança na política nas áreas rurais. Se algumas funcionavam para ambos os sexos (herança de um parente previamente eleito no município, muitas vezes o pai ou avô), a pesquisa revelou métodos específicos de transmissão para as mulheres que são várias na sucessão de seus maridos no conselho municipal. Este modo particular de herança entre cônjuges levanta necessariamente a questão da legitimidade daquela que herda. Por tudo isso, as carreiras municipais dos herdeiros e das herdeiras dependem de outros critérios - a profissão de origem, o grau de competitividade da eleição - que afetam o significado (ascendente ou estagnado) e a velocidade da trajetória desses eleitos(as).

Primeiro destacaremos as principais lógicas que estruturam a herança política nas áreas rurais, a fim de perceber sua possível dimensão de gênero. Em seguida, vamos discutir as maneiras específicas pelas quais as mulheres conseguem suceder um parente eleito antes delas.

"Em nome do pai": o patrônimo como recurso na competição municipal

A arena municipal é um dos últimos subespaços do campo político onde o sobrenome tem um poder quase mágico²²: o nome parece ser suficiente para legitimar. De acordo com Christian Le Bart, "é

ACHIN, Catherine. *"As ligações paradoxais: gênero, ordem política e ordem social na França e na Alemanha"*. In: *Raisons politiques*, 15, 2004, p. 88.

¹⁸ O auto-empoderamento, conforme conceituado por D. Gaxie, é o conjunto de "processos mentais e sociais" pelo qual os indivíduos se atribuem autoridade e competência política. GAXIE, D. *"Cognição, auto habilitação e poderes de "cidadãos"."* In: *French Review of Political Science*, 57 (6), 2007, p. 750.

¹⁹ Nota da tradutora: Gironda é um departamento francês, situado no sudoeste do país.

²⁰ Uma série de perguntas dizia respeito aos membros eleitos da família. Para cada um desses membros, o entrevistado deveria indicar a relação de parentesco (pai, tio, marido ...), as datas do mandato e o local de exercício (mesmo município ou outro município).

²¹ O departamento da Gironda é composto por 542 municípios, dos quais 318 (58,6%) têm menos de 1.000 habitantes, o que o torna um departamento bastante rural, marcado em particular pela influência da viticultura. O peso dos agricultores na vida municipal também é predominante, com quase um em cada cinco prefeitos sendo agricultor ou fazendeiro aposentado em 2014. As mulheres representavam 18,6% dos prefeitos do departamento; o que estava acima da média nacional (16%).

²² LAURENT, Annie. *"A magia do nome. Auto-visão dos herdeiros de hoje. Os conselheiros gerais do Nord-Pas-de-Calais desde 1958"*. In: PATRIAT, C. e PARODI, J.-L. (orgs). *A hereditariedade na política*. op. cit., p. 173-186.

*indiscutível que o nome constitui um recurso, ele confere (...) um capital de notoriedade local (...). Os herdeiros são de fato elegíveis. No caso do nome ser usado por um prefeito apreciado, é a popularidade e não apenas a notoriedade que é concedido ao herdeiro*²³. No entanto, ter o nome de um ancestral reconhecido localmente não é suficiente para endossar a herança, ainda é necessário que o herdeiro esteja preparado. Nesse sentido, o processo de transmissão familiar de mandatos municipais abrange duas dimensões complementares: a hereditariedade eletiva, por um lado, e a assimilação progressiva de um interesse pelos assuntos municipais, de outro.

Entre a hereditariedade eletiva localizada e a socialização familiar

Nos pequenos municípios, os mecanismos de transmissão da popularidade de um pai eleito e, em geral, de uma família, parecem bastante comuns. Questionada sobre a sua entrada no conselho municipal, Marie V., nascida no seu município eleitoral (2.100 habitantes) e eleita desde 1983, evoca essa herança. Parteira aposentada, tornou-se prefeita em 2008, vem de uma linhagem de eleitos dos quais ela representa a quarta geração contínua:

V.M²⁴. - O que a fez se candidatar pela primeira vez?

Marie V. - Então, eu falo francamente, não era minha vocação no começo. Fui indicada pelos eleitos que estavam atuando e fui indicada porque eu havia partido, deixado o município por alguns anos para estudar e voltei e é verdade eu fazia parte de uma família conhecida. É por isso, é meu nome. O começo, não é necessário enganar-se, foi meu nome.

- Então você teve uma família que já tinha responsabilidades na prefeitura?

*- Ah, sim. Meu bisavô foi prefeito interino, meu avô era deputado e meu pai também era deputado*²⁵.

Marie V. não é um caso isolado. Os eleitos(as) que responderam ao questionário, 50,5% deles(as) tem um eleito em sua família²⁶. No entanto, os resultados não mostram diferenças reais entre homens e mulheres uma vez que cerca de 50% dos membros eleitos de cada sexo têm ou tiveram um parente eleito. Estas conclusões contradizem as de Yannick Le Quentrec e Annie Rieu que enfatizam, em uma pesquisa

²³ LE BART, C. **Os prefeitos: sociologia de um papel**. op. cit., p. 198-199.

²⁴ Nota da tradutora: V.M = Victor Marneur, autor do artigo.

²⁵ No percurso dessa eleita, é preciso também levar em conta o tempo de afastamento devido aos seus estudos que pode constituir uma garantia de legitimidade em um contexto de diversificação das categorias sociais comunais. Como Yannick Sencébé diz: "ter laços aqui e ter ido para outro lugar garante uma dupla legitimidade dos nativos e estrangeiros entre as várias categorias de habitantes". SENCEBE, Yannick. **"Multi (plos) pertencimentos no meio rural"**. In: Social Information, 164 (2), 2011, p. 40-41.

²⁶ Isso se relaciona com os resultados da pesquisa realizada por Jeanne Becquart-Leclercq no início da década de 1970. Quase a metade de sua amostra de prefeitos teve um pai ou parente próximo eleito. BECQUART-LECLERCQ, J. **Paradoxos do poder local**. Paris: Presses de Sciences Po, 1976, p. 29.

sobre os arranjos entre temporalidades públicas e privadas dentre as eleitas e as sindicalistas, a falta de eleitas originárias de “linhagens políticas familiares enraizadas em um território, como é frequentemente o caso para os homens eleitos”²⁷.

Para entender mais especificamente a dimensão territorial do patrimônio, notamos que 48% dos herdeiros(as) da amostra tinham um parente eleito no seu município eleitoral. Assim, 20% das entrevistadas e 26% dos entrevistados se beneficiaram de um patrimônio político territorializado. Este é o caso de Camille K., fazendeira, prefeita de um município de 400 habitantes desde 2008. Seu avô foi eleito por 42 anos consecutivos ao conselho municipal, ela coloca na narrativa o acumulado da herança política e eletiva do qual se beneficiou:

V. M. - Então você me dizia que estava no município há muito tempo, ou seja, você tinha membros de sua família que haviam sido eleitos antes?

Camille K. - Sim, tenho meu avô materno que foi eleito durante 42 anos.

- Ah, sim, prefeito?

- Ele nunca quis o status de prefeito, ele fez um mandato como conselheiro municipal e ele sempre foi o primeiro suplente de deputado. Então eu penso que isso pode não ser estranho ao meu estado de espírito [risos]. A minha motivação para servir.

- Você pensa que ele lhe transmitiu essa ...

- Sim, estou convencida disso, do apoio sim. Porque eu venho de uma família agrícola então eu fui criada sob o mesmo teto com meus pais e meus avós. Meu avô, muitas vezes eu o via ir às reuniões e às vezes ele me falava. Você sabe quando você é pequena, você entende mais ou menos, mas em algum momento isso volta mesmo se no momento você teve a impressão de não entender, finalmente não sei qual é a sua experiência, mas em um dado momento isso ressurge. E às vezes ele me contava sobre o que ele havia decidido. Lembro-me de coisas que ele me disse que me servem agora.

- Ah, sim?

- Sim, sim. Sim, porque a história do seu município quando você é eleito é sempre importante de a conhecer porque isso ajuda às vezes, nas decisões. E sim estou convencida. E quando eu era pequena, ele sempre me dizia "um dia você vai ocupar meu lugar". E então ele morreu aos 93 anos, ele faleceu em 2005, e eu fui eleita pela primeira vez em 2001 e foi um grande orgulho para ele.

Este trecho mostra que, além da herança eletiva, existe todo um mecanismo da socialização familiar na política e, mais especificamente, no exercício do mandato municipal. Camille K. primeiro herdou o interesse pelos assuntos públicos e pela gestão dos assuntos municipais, sendo encorajada a se interessar pelas injunções da parte de sua ascendência eleita. Este caso nos leva as reflexões feitas por Michel Offerlé sobre a hereditariedade política e eletiva: *"Atrás do nome associado ao território em que se revela pertinente se perfilam outros recursos que condensam o patrimônio. Ser o filho de seu pai refere-se a uma socialização de um tipo particular por aquisição racional e sistemática ou por estágio inconsciente permitindo antecipar os direitos e deveres da função e, antes de tudo internalizar a evidência da pertença*

²⁷ LE QUENTREC, Yannick e RIEU, Annie. **Mulheres: compromissos públicos e vida privada**. Paris: Syllepse, 2003, p. 18. No entanto, é discutível que o pequeno tamanho de sua amostra (17 mulheres) não permita a seus autores identificar todas as formas de acesso à vida política para as mulheres.

do mandato ao patrimônio familiar"²⁸. Assim, é possível destacar as rotas de acesso às funções de representação, que está implicitamente estabelecida com certas características individuais, adaptadas a contextos específicos, que promovem o compromisso. É óbvio que nem todos os indivíduos que compartilham essas características se envolvem. Todas as mulheres cujo pai foi eleito não se tornaram prefeita do seu município. Certos elementos desencadeadores devem ser levados em consideração. A este respeito, a socialização familiar ou as solicitações externas desempenham um certo papel. Então, tendo um pai que fala sobre assuntos municipais em casa e/ou o fato de ser solicitado para encabeçar a lista de candidatos para integrar o conselho municipal são incentivos que, se não tivessem ocorrido, se tornariam características individuais (ter sempre vivido na aldeia, ter um pai eleito) dificilmente convertidas em recursos coletivos (autoctonia, herança política). É nesse sentido que as histórias de vida coletadas através das entrevistas tornam possível ir além dos resultados estatísticos do questionário que indicam, por exemplo, uma correlação entre a posição no município e ter um pai eleito.

Uma transmissão patrilinear dos mandatos municipais particularmente eficaz nos pequenos municípios

Não é de surpreender que os herdeiros herdem em primeiro lugar do pai (26%), então do avô (15%), depois do sogro (12%) e do tio (9%), muito mais raramente da mãe (3%) e da avó (menos de 1%).

Existem poucas diferenças por sexo, exceto que as mulheres eleitas têm com menos frequência um pai eleito do que os homens (21% contra 30%). Ainda assim, é principalmente os homens que transmitem os mandatos²⁹. Este resultado deve ser relativizado sob a perspectiva da composição sexual das gerações precedentes dos eleitos. A quantidade de mulheres eleitas nas gerações dos pais ou dos avós dos entrevistados(as) é bem menor do que hoje³⁰, eles-elas têm mais chances de ter um ascendente eleito do que uma ascendente eleita. Pode-se assim formular a hipótese que, a feminização das funções de representação, as transmissões da linhagem feminina devem se tornar mais comum nos próximos anos.

O lugar do sogro convida-nos a pensar a importância da filiação indireta no processo da herança e, especialmente, a instabilidade dos "ativos coletivos cumulativos" da família que pode se transferir aos cônjuges. Em alguns casos, se observa uma captura do patrimônio simbólico da família em benefício dos genros, o que ajuda a reproduzir um processo de transmissão patrilinear. Vários membros eleitos da

²⁸ OFFERLE, Michel. "Usos e usura da hereditariedade na política". op.cit., p. 852.

²⁹ Preeminência do pai, e geralmente de uma figura masculina, no processo da herança política e eletiva remete aos trabalhos conduzidos sobre a socialização política dos jovens que demonstram a influência majoritária do pai na formação das escolhas e das preferências políticas. MUXEL, Anne. **Experiência política dos jovens**. Paris: Presses de Sciences Po, 2001, p. 78-79.

³⁰ Nos conselhos municipais, as mulheres representavam 2,4% dos representantes eleitos em 1965, 8,3% em 1977, 33% 2001. ACHIN, C. et al. **Sexos, gênero e política**. Paris: Économica, 2007, p. 167.

amostra se beneficiaram assim dos "casamentos com o genro"³¹ e sucederam seu sogro na prefeitura. Antoine P., empresário aposentado, prefeito de um município de 1.900 habitantes e "neorural", explica que foram o ancoradouro local de sua esposa e a experiência eletiva acumulada por seu sogro, primeiro deputado do município que foi reeleito durante mais de vinte anos, o que o colocou como cabeça de lista:

V. M. - Quem veio procurá-lo, para dizer-lhe que precisavam de você?

Antoine P. - Foi um deputado que estava na equipe adversária. Ele não queria representar essa equipe. Então ele veio se juntar a mim, mas não se sentiu capaz de encabeçar a lista por isso ele me pediu para conduzir aqui.

- Por que ele o conhecia? Você já era um pouco conhecido aqui?

- Sim, sim. Minha esposa é originária de uma família antiga, seu pai foi quatro vezes primeiro deputado, seu tio também foi deputado.

- Então, é uma família conhecida aqui?

- Sim, antiga família de T. Eu sou um neorural, mas minha esposa é realmente dessas bandas, ela nasceu em T. ela é realmente daqui. Então aproveitei o fato dela ser conhecida, enquanto eu era mais ou menos conhecido.

Além disso, à medida que se sobe na hierarquia municipal, a participação do(s) herdeiro(os/as) aumenta: 60% dos prefeitos da amostra têm um membro de sua família eleito, contra 47% dos deputados(as) e 43% dos vereadores(as)³². E se examinarmos o tipo de mandato exercido pelo pai em função do tipo de mandato do(a) herdeiro(a), vemos que os prefeitos(as)-herdeiros(as) tem frequentemente mais de um parente prefeito (35%) do que os vereadores(as) herdeiros(as) (15%). Assim, quanto mais elevada foi a posição ocupada pelo ascendente na hierarquia municipal, mais o seu herdeiro(as) terá chances de ocupar uma posição elevada.

³¹ O conceito de "casamento com o genro" refere-se à situação em que um homem deixa seu grupo familiar para se instalar naquele de sua esposa. O casamento como um genro geralmente ocorre quando não há herdeiro masculino na família do sogro, em particular para garantir a continuidade profissional no caso das profissões independentes, especialmente dos agricultores. WEBER, Florence. "Para pensar o parentesco contemporâneo. Casa e parentela, as ferramentas da antropologia". In: DEBORDEAUX, Daniël e STROBEL, Pierre. As solidariedades familiares em questão: ajuda mútua e transmissão. Paris: LGDJ, 2002, p. 83-84.

³² χ^2 significativo no limiar de 5% no 1º grau de liberdade (variável "tipo de mandato" dicotomizado: modalidades "prefeito" e "outro"). O χ^2 é um teste de significância estatística para determinar a existência de uma relação entre duas variáveis qualitativas. O limiar de 5% significa que há menos de 5% de chances para que as variáveis sejam independentes. Nota da tradutora: Teste do qui-quadrado (χ^2) é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis nominais, e avaliar a associação existente entre variáveis qualitativas. É um teste não paramétrico, ou seja, não depende de parâmetros populacionais, como média e variância. O princípio básico deste método é comparar proporções, isto é, as possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para um certo evento. Evidentemente, pode-se dizer que dois grupos se comportam de forma semelhante se as diferenças entre as frequências observadas e as esperadas em cada categoria forem muito pequenas, próximas a zero. O teste é utilizado para verificar se a frequência com que um determinado acontecimento observado em uma amostra se desvia significativamente ou não da frequência com que ele é esperado. Comparar a distribuição de diversos acontecimentos em diferentes amostras, a fim de avaliar se as proporções observadas destes eventos mostram ou não diferenças significativas ou se as amostras diferem significativamente quanto às proporções desses acontecimentos. Para aplicar o teste as seguintes proposições precisam ser satisfeitas: os grupos devem ser independentes, os itens de cada grupo são selecionados aleatoriamente, as observações devem ser frequências ou contagens, cada observação pertence a uma e somente uma categoria e a amostra deve ser relativamente grande.

³⁰ C. Bart, prefeitos: sociologia de um papel, op. cit., p. 198.

Quadro 1 - Porcentagem dos eleitos(as) municipais herdeiros(as) e não herdeiros(as) de acordo com o tipo de mandato

Mandato	Prefeito (a) (N=68)	Deputado (a) (N=53)	Vereador (a) (N=63)	Total Geral (N=184)
Não herdeiro/a	39,7%	52,8%	57,1%	49,5%
Herdeiro/a	60,3%	47,2%	42,9%	50,5%
Total geral	100%	100%	100%	100%

No entanto, esses casos de transmissão de mandatos não informam muito sobre sua dimensão territorial. Estabelecemos que acima de um quinto das entrevistadas e mais de um quarto dos entrevistados, ou seja, quase metade dos herdeiros(as), tiveram um parente eleito em sua própria comunidade eleitoral, o que indica o peso relativamente forte das raízes familiares locais no fenômeno da herança na política. Note-se, no entanto, que os casos de transmissão perfeita do poder municipal, ou seja, um pai ou uma mãe que transmite o mesmo mandato de prefeito da mesma cidade para seu filho(a), são muito raros. Apenas quatro prefeitos (três mulheres e um homem), da amostra de 68 prefeitos, herdaram o mesmo mandato de prefeito de seu pai no mesmo município. Esses quatro casos estão todos localizados em municípios com menos de 500 habitantes. Esta constante convida a se questionar sobre o efeito do tamanho do município sobre a herança política. Os herdeiros são mais numerosos nas cidades ou nas pequenas comunidades rurais? Nossos dados de pesquisa confirmam a descoberta feita por C. Le Bart segundo o qual o fenômeno da herança é mais comum nas comunidades rurais³³.

Quadro 2 - Porcentagem dos eleitos(as) municipais herdeiros(as) e não herdeiros(as) dependendo do tamanho do distrito eleitoral (N = 184)

	Menos de 3.500 hab.	Mais de 3.500 hab.	Total
Não herdeiro/a	46,7%	61,8%	49,3%
Herdeiro/a	53,3%	38,2%	50,5%
Total	100%	100%	100%

³³ LE BART, C. *Os prefeitos: sociologia de um papel*. op. cit., p. 198.

Se ter um parente eleito aumentará inegavelmente as chances de ser eleito, por sua vez, esse recurso funciona melhor em pequenos municípios (53,3% contra 38,2% nos grandes). É a população de prefeitos dos pequenos municípios que se beneficia mais dessa herança: quase dois prefeitos de três têm um membro de sua família eleito em municípios com menos de 3.500 habitantes³⁴. Certamente, a legitimidade derivada do sobrenome só pode funcionar se os eleitores são capazes de associar este com uma linhagem e com "os ativos coletivos acumulados" pela família durante um longo período de tempo³⁵, mas esse reconhecimento só é possível em um pequeno território e cuja população é estável. Os laços sociais lá são mais estreitos e o relacionamento interfamiliar tende a reproduzir as relações tecidas ao longo do tempo. Nos pequenos municípios, a fama da família é originária de um sistema de ajuda mútua e de prestação de serviços. Giani C., agricultor, prefeito de um município de 1.000 habitantes, explica sua eleição pela benevolência que caracterizava seu pai que era carteiro da cidade e vereador, junto aos habitantes:

V. M. - Por que vieram te procurar em 1995?

Giani C. - Porque meu pai já era vereador da cidade e meu nome já era um chamariz³⁶.

- Você era conhecido aqui?

- Nós éramos conhecidos. Meu pai foi o carteiro da vila por vinte e poucos anos. Ele era vereador, e era muito popular entre as pessoas. Ele prestou muitos serviços para as pessoas durante seu trabalho de carteiro. Ele tinha prestado vários serviços durante toda sua vida para as pessoas, então ele era muito apreciado. E eu, seguramente, também era apreciado porque fui eleito já de cara e praticamente com a maioria dos votos.

A transmissão do mandato municipal para as mulheres: as herdeiras por falta de opção?

Se a proporção de herdeiras é semelhante à proporção de herdeiros entre os vereadores(as) eleitos(as) em Gironda, ainda não está claro quais as modalidades concretas da sucessão. No quadro das eleições municipais, existem formas de herdar que são específicas para as mulheres (viuvez, substituição de marido), e o legado não produz os mesmos efeitos na carreira municipal dos homens e das mulheres.

³⁴ Nós fizemos a escolha de tomar o limiar de 3.500 habitantes porque, no momento da pesquisa, este foi o limite legal a partir do qual a lista de votação foi aplicada. Nas eleições municipais de março 2014, esse limite foi reduzido para 1.000 habitantes. Em municípios com menos de 1.000 habitantes, a taxa de representantes eleitos herdeiros(as) é ainda maior (55%).

³⁵ Jean-Yves Nevers, Marcel Drulhe e Robert Bages observam que as características e as qualidades individuais dos conselheiros municipais "são inseparáveis do status do grupo familiar de seus membros, status sempre percebido e avaliado em uma duração relativamente longa (ao nível da memória coletiva)". NEVERS, Jean-Yves; DRULHE, Marcel e BAGES, Robert. "Funcionamento da instituição municipal e poder local nas áreas rurais". In: Études rurales, 63 (1), 1976, p. 39.

³⁶ No vocabulário da caça, o chamariz é o instrumento com o qual se imita o grito de uma ave para atraí-la para a armadilha.

A sucessão entre cônjuges: as condições de eleição dos "substitutos"

Enquanto a maioria das sucessões passam pelo pai, o avô ou o sogro, existem algumas situações em que o mandato é transmitido entre os cônjuges. Na maioria dos casos, a sucessão se faz em benefício da mulher. A transmissão marital de um mandato municipal pode ser posterior à viuvez ou à partida do marido do conselho da cidade. Este modo de sucessão é bem explicado por Marcel D., fazendeiro aposentado, prefeito de um município de 300 habitantes, que se lembra como a esposa do ex-prefeito foi eleita no lugar do marido após a morte dele, mesmo ela não dispondo de nenhuma experiência eletiva:

Marcel D. - Eu tinha minha deputada, que bom, era a esposa do prefeito que se matou lá, e quando ele se matou, uma eleição complementar foi feita. E colocamos sua esposa, em nossas comunidades, é assim que fazemos. Bem, se eu desaparecesse, minha esposa não iria querer, mas isso é outra história. Então, essa pessoa nós a fizemos assumir ...

V. M. - Ela nunca havia sido eleita?

- Não, não, nós a fizemos assumir, ela aceitou. Todos votaram nela, e isso não é um problema. Ela poderia ter sido prefeita. Ela poderia, mas ela não quis, apesar dela ter as habilidades. E ela ficou vinte e cinco anos como deputada.

Para Marcel D., a transmissão do mandato entre cônjuges é naturalizada ("nas nossas comunidades é assim que fazemos"). Aos olhos de todos, essa maneira de proceder é justificada tanto pela herança política e eletiva do marido falecido como por um capital de autoctonia ainda mais forte pelo qual o falecido era muito apreciado. É o que entendemos com a história de Danièle G., bancária aposentada, vereadora de um município de 1 000 habitantes, que explica a maneira como ela foi eleita para o conselho municipal após a morte de seu marido, originária da vila:

Danièle G. - Meu marido nasceu aqui, ele era realmente um nativo daqui, e então era por ele que eu queria voltar para cá. Eu sou nativa de Orne, então eu estou acostumada com lá. Agora eu estou aposentada há seis anos, meu marido morreu de um ataque cardíaco. Conheço todos aqui, eu conheço todo mundo, estou cercada por todos. Para ir a algum lugar onde eu não conheço ninguém não é bom (...).

V. M. - Seu marido foi eleito?

- Ele era vereador e cuidou da parte dos trabalhos e tudo isso, mas sendo do negócio já era mais fácil (...).

- E ele apareceu em uma lista?

- Bah, ele se apresentou separado na época³⁷. Sim, sozinho e então, ele estava eleito, ele é nativo de lá e ele tinha uma boa capacidade de fazer. Infelizmente ele morreu de um ataque cardíaco e, em seguida, seu mandato parou abruptamente [...].

- Foi o cabeça da lista que veio buscá-la?

- Bem, como meu marido estava com ele já antes, bem, eu falei para mim mesma porque não dar uma mão, eu tenho tempo. Mas ele me perguntou de qualquer maneira, sim.

³⁷ O fato de ser eleito como candidato isolado, ou seja, sem fazer parte de uma lista (o que foi possível para municípios com menos de 2.500 habitantes até as eleições municipais de 2008, e já não para os municípios com menos de 1.000 desde 2014), garante uma forte integração na estrutura social local, porque a eleição é apenas devido à capitalização em seu próprio nome. Assim, provavelmente foi mais fácil para esta mulher herdar o mandato de seu marido já que o nome deste possuía importantes "ativos coletivos".

A eleição das viúvas dos eleitos nas comunidades rurais nos faz lembrar as modalidades de acesso aos mandatos municipais para as mulheres na França antes da Portaria de Argel³⁸. Numa época onde a elegibilidade era largamente indexada na detenção do patrimônio e no status do chefe da família, apenas as viúvas herdeiras do patrimônio de seus falecidos esposos tinham condições de disputar um mandato municipal³⁹. Uma transmissão matrimonial do mandato municipal em benefício das mulheres se produzia igualmente quando o marido colocava um termo ao seu mandato e “fazia eleger”⁴⁰ sua mulher no seu lugar. Esta maneira de herdar é particularmente bem restituída por Viviane L., esposa de agricultor⁴¹, prefeita de um município com menos de 100 habitantes, que explica desde a primeira pergunta da entrevista que ela deve sua eleição ao seu marido, vereador da aldeia durante três legislaturas:

V.M. - Você pode me dizer como você se tornou prefeita?

Viviane L. - Não foi difícil. Meu marido era vereador, ele atuou em três mandatos, e disse: "estou cansado, para mim chega". Nossos filhos estavam grandes, ele disse ao ex-prefeito "se você quiser minha esposa poderá ocupar meu lugar". Então cheguei no mandato anterior onde eu era deputada e depois que o prefeito saiu, não fui eu quem o expulsou. Ele saiu porque ele era idoso, estava com problemas de saúde, ele estava lá desde 1975. Então ele disse "estou saindo". Isso é tudo.

- Seu marido não queria mais estar no conselho?

- Ele ficou o suficiente, então ele se retirou. E eu vim no seu lugar.

A história de Viviane L. sugere, um vão nas condições de possibilidade do engajamento público pelas mulheres: estas devem primeiro ser liberadas das tarefas domésticas que ainda em grande lhes competem⁴². Nesse caso, a liberação foi baseada na saída dos filhos da casa da família ("nossas crianças estavam grandes").

Parece, portanto, que as mulheres só podem assumir a herança quando elas se acham desobrigadas de todas ou parte de suas atividades relacionadas à esfera familiar, seja porque os filhos tenham deixado a casa da família e/ou são suficientemente autônomos, seja porque não têm filhos ou,

³⁸ Em 1944, a Portaria de Argel concedeu o direito de votar e ser elegível para as mulheres francesas.

³⁹ "Assim, apenas o chefe da família tinha o direito de votar e poderia ser elegível. Quanto às mulheres, exceto as viúvas dos chefes da casa e herdeiras de certas vilas dos Pirenéus, não podiam reivindicar esta representação". RIEU, A. **"Mulheres eleitas nas áreas rurais: quais modos de governança?"** In: MARTIN, Jacqueline (org). **A paridade: desafios e implementação**. Toulouse: Mirail University Press, 1998, p. 86.

⁴⁰ Expressões como "eleger sua esposa" ou "colocamos sua esposa" certamente não são inócuas. Em algumas obras monográficas, encontramos expressões semelhantes, como "um dentre eles dará seu lugar a sua esposa", o que indica que a mulher deve implicitamente o exercício do seu mandato ao seu marido. MOREUX, Colette. **Ser prefeito em Béarn: do senhor ao empreendedor (1944-1989)**. Toulouse: Presses Universidade de Mirail, 2008, p. 180.

⁴¹ Nota da tradutora: a expressão utilizada no texto é conjointe-exploitante cujo masculino é agriculteur-exploitant. A conjointe é a esposa que ajuda a explorar a terra.

⁴² LE QUENTREC, Y. **"As militantes políticas e sindicais à prova do tempo doméstico"**. In: Informations sociales, 153 (3), 2009, p. 112-119.

finalmente, porque elas ocupam posições elevadas na hierarquia social para poderem ser parcialmente liberadas dessas tarefas, recorrendo aos serviços de um terceiro remunerado⁴³, ou, ainda por homogamia de classe, sendo são casadas com um homem que aceita uma partilha mais equitativa do trabalho referente ao lar⁴⁴. Dar conta da herança política, portanto, pressupõe não só apreender o que desencadeia o compromisso municipal, mas também o que pode restringi-lo. Somente confrontando as transmissões de mandatos com as trajetórias individuais e os ciclos de vida poderemos compreender por que alguns herdeiros investem na vida municipal mais ou mais cedo, e outros nem sequer pensam nisso.

A herança como acelerador da carreira municipal? Recursos profissionais dos herdeiros(as) e transmissão de patrimônio aos "meninos faltantes"⁴⁵

As principais lógicas que estruturam o funcionamento da herança na política no nível municipal, foram analisadas, resta agora mencionar as carreiras dos herdeiros(as). O que acontece com os eleitos que entram nos conselhos municipais sucedendo a um parente? E acima de tudo, qual é o papel das variáveis, como o sexo e a profissão de origem na formação das trajetórias desses herdeiros(as)?

Para responder a estas perguntas, foi possível extrair do questionário dois perfis a priori semelhantes (o de um homem e o de uma mulher). Estes eleitos acumulam todos os critérios de legitimidade localmente constituídos favorecendo o acesso na prefeitura nas áreas rurais: suas famílias estão estabelecidas localmente por várias gerações e eles têm em linha direta parentes eleitos para a prefeitura. Em compensação, suas carreiras municipais são em grande parte diferentes.

A mulher nasceu em 1947 em uma comuna com 1.100 habitantes. Seus pais são originários da aldeia, ela também é proprietária de terras e imóveis no local. Com o diploma do ensino fundamental⁴⁶ no bolso, começou uma carreira de secretária na qual se aposentou. Essa mulher vem de uma verdadeira linhagem de eleitos: os mandatos municipais foram transmitidos em linha direta sem parar durante oitenta anos. Seu avô foi deputado do município entre 1935 e 1953 e seu pai vereador de 1953 a 1983. Ela então assumiu em 1983, quando foi eleita vereadora, posição que ocupou até as eleições municipais de 2008 quando foi eleita deputada. Após trinta e um anos de mandatos eletivos (vinte e cinco dos quais como

⁴³ ZARCA, B. "A divisão do trabalho doméstico: peso do passado e tensões no seio do casal". In: *Economie et statistique*, 228 (1), 1990, p.31.

⁴⁴ BIHR, Alain e PFEFFERKORN, Roland. **Homens, mulheres, qual igualdade?** Paris: Éditions de l'Atelier, 2002, p. 135.

⁴⁵ Tomamos a expressão de Anne-Marie Daune-Richard e Catherine MARRY. Originalmente, essa expressão refere-se aos "contra-modelos de sexo", seja de jovens mulheres que se orientam para as formações masculinas para compensar a ausência de meninos nas irmandades ou a incapacidade destes para responder as expectativas familiares. Elas representam assim para os pais os "substitutos dos meninos". DAUNE-RICHARD, Anne-Marie e MARRY, Catherine. "Outras histórias de desertores? O caso das meninas matriculadas nas formações 'masculinas' de BTS e DUT industriais". In: *Employment Training*, 29, 1990, p. 45.

Nota da tradutora: BTS = brevet de technicien supérieur (licença de técnico superior)

DUT = diplôme universitaire de technologie (diploma universitário de tecnologia)

⁴⁶ Nota da tradutora. BEPC = brevet d'études du premier cycle (exame correspondente ao 9º ano de escolaridade).

simples vereadora) ela nunca chegou ao cargo de prefeita. No questionário ela respondeu que não desejaria se candidatar em 2014 por razões relacionadas à sua idade que ela considerava muito avançada (66 anos no momento do envio do questionário). Quando essa mulher conseguiu herdar os "ativos coletivos acumulados" localmente por sua família durante várias gerações, sua carreira municipal estagnou visto que ela se tornou deputada somente após 25 anos no conselho municipal, antes de se retirar definitivamente da vida municipal.

O homem tem recursos similares a priori, mas sua carreira foi relâmpago já que ele foi instantaneamente impulsionado para o cargo de prefeito sem passar pelo *cursus honorum*⁴⁷ clássico (os diferentes escalões do município). Nascido em 1942, em uma cidade de 350 habitantes, ele também é um proprietário de terras e imóveis no município e originário de uma família local que se beneficia de uma forte ancoragem territorial. E também faz parte de uma linhagem municipal contínua por cerca de cem anos. Seu bisavô e seu avô foram ambos membros municipais eleitos no município entre 1919 e 1945. Depois, seu pai foi vereador de 1945 a 1947, deputado de 1947 a 1953 e prefeito de 1953 a 1994. Naquele ano, ele assumiu o cargo de seu pai para se tornar prefeito no seu lugar, sem experiência eletiva prévia. Certamente seus recursos localizados (autoctonia, patrimônio) jogaram a seu favor, mas seu acesso direto ao cargo de prefeito também é devido à sua profissão. Como adido intercomunal territorial (aposentado no momento do envio do questionário), na verdade ele dispunha de habilidades diretamente reconvertíveis na gestão dos assuntos municipais.

As diferenças subsistentes entre os herdeiros e as herdeiras também são devidas a profissão de origem. Logo, se a carreira de mulheres parece "abrandada" em comparação com aquela dos homens, alguns podem subverter o efeito de seu gênero fazendo valer recursos pessoais (habilidades advindas da profissão) cujo efeito é cumulativo com o dos recursos coletivos localizados. Enquanto revelamos vários casos de herdeiros acessando diretamente o cargo de prefeito sem habilidades especiais de gestão dos assuntos municipais, os herdeiros cujo percurso de ação é igualmente deslumbrante, são sempre apoiados por profissões que lhes dão vantagens valiosas no cenário municipal. Desde a descentralização, que contribuiu para a complexidade da função de prefeito, as habilidades técnicas e administrativas (capacidade de elaborar dossiês, de negociar com os serviços desconcentrados do Estado) são particularmente considerados no campo político local⁴⁸.

⁴⁷ Nota da tradutora: O *cursus honorum* (latim: *curso honorífico* ou *caminho das honras*) designava o percurso sequencial das magistraturas exercidas pelos políticos da Antiga Roma. Para se aceder a estes cargos era necessário, por exemplo, ter uma certa idade: Questor (idade mínima de 31 anos); Edil (37 anos); Pretor (40 anos); Cônsul (43 anos).

⁴⁸ VIGNON, Sébastien. "Os prefeitos das pequenas cidades frente a intercomunidade. Da devoção aldeã ao profissionalismo comunitário". In: *Pouvoirs locaux*, 84 (1), 2010, p. 43-49.
FAURE, Alain. "Os eleitos locais no teste da descentralização. Novos projetos para a mediação política local". In: *Revue française de science politique*, 44 (3), 1994, p. 462-479.

Embora ela não tenha nascido no território comunal, Claire T., prefeita de um município de 400 habitantes, vem de uma família instalada na aldeia por várias gerações: *"Nasci em Libourne porque nascemos no hospital, mas na verdade eu sou originária daqui, a quarta geração porque nos arquivos constam apenas quatro gerações, mas na minha opinião estamos aqui a mais tempo (...) Meu pai nasceu em S., minha avó nasceu em S. e meu bisavô também nasceu em S. Considerando o nível dos nascimentos, não vamos muito longe, eu teria que ir aos arquivos departamentais. Mas eu acho que vamos um pouco mais longe"*.

Esta ancoragem local é ainda mais perceptível à medida que seus antepassados exercem sua profissão no território municipal onde também possuíam propriedades:

"Meu avô era funileiro na época, sua oficina que sempre foi no centro da comunidade fechou desde que ele morreu, em 83 ... É um local que meu pai herdou, mas ele fez do local um depósito. Meu avô era funileiro, minha avó ficava em casa. Eles também tiveram alguns hectares de videiras, 2 ou 3 hectares. Meu pai nasceu em S., e quando ele voltou do exército, ele conheceu minha mãe que também era de S. (...) E então eles se casaram, compraram uma propriedade em S. e foram vinicultores por toda a vida deles".

Seu pai foi eleito vereador em 1977 e aí permaneceu até 1989, quando ele foi eleito prefeito. Foi apenas em 2008, quando sua saúde começou a declinar e que ele se retirou, e veio a ideia de Claire T. o "substituir". No entanto, sua escolha de encabeçar uma lista desde sua primeira candidatura não se deve apenas ao seu status de herdeira. Empregada como secretária da prefeitura de S. desde 1982, ela possuía um CAP⁴⁹ de "trabalhadora de escritório", um BEP⁵⁰ de "agente administrativo, e um diploma de bacharel. Como parte de sua carreira administrativa, ela posteriormente participou de muitos cursos contínuos em Direito, fornecidos pelo Centro Nacional do Serviço Público Territorial. As técnicas administrativas eram adquiridas nas pequenas cidades onde o essencial das atividades do prefeito lá se reportavam, então ela parecia estar melhor predisposta para exercer o cargo de prefeito já que havia se ocupava dos assuntos municipais por mais de vinte e cinco anos como secretária da prefeitura e, assim, conhecia as engrenagens da gestão municipal e todos os interlocutores institucionais: *"Então, como eu me encontrei na prefeitura? (...) [Meu pai] teve problemas de saúde, problemas muito sérios de saúde. Ele tinha um vice sobre quem ele não tinha total confiança para passar o bastão. Mas ele não tinha condições de continuar como prefeito porque que ele teve sérias perturbações de saúde, além de ter um grande problema de surdez, então as reuniões não eram realmente fáceis. Então ele queria parar, mas com a certeza de que haveria alguém por trás que assumiria o controle. Então no conselho municipal ele propôs a vários, mas ninguém quis, então*

⁴⁹ Nota da tradutora. CAP = certificat d'aptitude professionnelle (certificado dos estudos secundários e ensino profissionalizante).

⁵⁰ Nota da tradutora. BEP = brevet d'études professionnelles (certificado dos estudos no ensino médio profissionalizante).

Ao final dos estudos CAP e BEP, os alunos têm a possibilidade de prosseguir os seus estudos pelas vias do ensino profissional ou do ensino técnico, que conduz a um diploma de bacharel.

um dia eu lhe disse: "mas eu, tenho quase trinta anos de trabalho na prefeitura, muitos anos que eu estou lá e vou ter dificuldades talvez para trabalhar com outra pessoa que eu não conheça". E em uma pequena discussão amigável ele me disse "antes que outro pegue o lugar, por que você não assume o lugar?". Eu disse, "mas você pensa isso mesmo!", ele me respondeu, "mas porque não?", e então conversa vai e conversa vem... No dia em que havia 2-3 vereadores que estavam presentes é que foi a decisão. E então passei de secretária da prefeitura à prefeita, renunciei ao meu trabalho aqui em todos os outros postos porque eu era secretária intermunicipal de dois municípios, então eu deixei meu posto de secretária da prefeitura e me apresentei".

Na família, havia duas crianças, duas meninas e a sucessão patrimonial e política do pai se efetuou em seu proveito próprio: Claire T. herdou a prefeitura e sua irmã a fazenda de vinho. Assim, na ausência de um menino que teria herdado, de acordo com a tradição, as terras e os títulos simbólicos anexados a eles, uma divisão das atividades profissionais e públicas ocorreu entre as duas filhas, que desempenharam o papel dos "meninos faltantes": *"quando ele ficou doente era necessário tomar decisões para a propriedade, então minha irmã, que é casada com um produtor de vinhos rapidamente assumiu a propriedade e eu assumi a prefeitura. Foi um pouco assim".* O que quer que diga Claire T. diz, a repartição do patrimônio político e profissional do pai entre essas duas "meninos faltantes" não se fez ao acaso. As habilidades de secretária administrativa de Claire T. inegavelmente jogaram em favor de sua eleição para a prefeitura, enquanto a escolha da sua irmã certamente foi guiada pelo fato de seu marido ser viticultor, o "casamento como um genro", permitindo perpetuar a atividade profissional do sogro. Esta distribuição dos bens na ausência de meninos está de acordo com as descobertas de C. Bessière sobre a transmissão das fazendas familiares para as filhas dos agricultores. Para que isso ocorra, uma série de condições devem ser atendidas em particular, *a "ausência da concorrência de um macho na irmandade, quer porque não há nenhum garoto, ou porque todos foram "desqualificados pela retomada". Assim, "é sempre a falta do melhor, isto é, na ausência de um adquirente masculino entre os irmãos, que as meninas "se interessam" ou "investem" na fazenda familiar"⁵¹.* De acordo com a nossa pesquisa, é da mesma forma para os mandatos municipais.

A probabilidade de empreender uma rápida carreira municipal ascendente deve além disso se conectar ao contexto local e, em particular, à estrutura das forças presentes no jogo político municipal. Subir na hierarquia dos postos implica que eles estão "livres", o que nem sempre é o caso no meio rural onde a natureza menos concorrencial da competição política implica menores taxas de renovação dos prefeitos do que nas áreas urbanas⁵². Os aspirantes devem "esperar a sua vez". Caso contrário, eles podem montar uma lista concorrente, estratégia menos arriscada no curto prazo.

⁵¹ BESSIERE, C. *De geração em geração: arranjos familiares nas empresas vinícolas de Cognac*, op. cit. p. 95-96.

⁵² LE BART, C. *Os prefeitos: sociologia de um papel*. op. cit., p. 41-42

Além disso, a natureza fracamente competitiva da eleição municipal nas áreas rurais é susceptível de produzir um efeito a priori paradoxal. Nos municípios muito pequenos, não é incomum o grupo de candidatos para prefeito diminuir e faltar candidatos. Nesse caso, os herdeiros são todos indicados - e solicitados tanto pelos habitantes como pelo conselho municipal - para pegar o bastão, sob o título de uma especialização familiar dos papéis sociais e das atividades sociais dentro da aldeia. E nos menores municípios, onde a função de prefeito está mais associada à devoção do que à lógica de recompensas simbólicas e materiais, são as mulheres, mais frequentemente associadas ao trabalho de cuidado (através da família ou da atividade profissional) que em particular assumem esse papel "por falta de opção".

Contrariamente a uma visão normativa da democracia representativa, a hereditariedade sempre parece ser uma maneira privilegiada de entrar na política, pelo menos no nível local. São nos municípios menores, onde a competição é menos concorrencial, que a transmissão familiar do poder municipal parece subsistir com o maior vigor. No entanto, as distinções são notadas. Certamente a análise de gênero das trajetórias dos estabelecidos indica que eles têm, a metade entre eles, um parente eleito na família ou na família do sogro, de forma independente de seu sexo. No entanto, a fraca feminização dos conselhos municipais rurais, e em particular o mandato do prefeito, indica que as mulheres aproveitam menos frequentemente a transmissão hereditária dos cargos municipais do que os homens. Nesse sentido, é necessário retornar às condições singulares de herança do poder municipal para as mulheres.

Primeiro, quando a transmissão se efetua de pai (ou avô) para a filha, é mais frequente no caso de "irmandades" sem meninos. Então, se o mandato municipal pode ser transmitido dentro de um casal, parece que a mulher se beneficia mais frequentemente do mandato do marido do que o contrário. Essas duas primeiras conclusões convidam a pensar o acesso das mulheres à política pela via hereditária como uma opção padrão ou de substituição. Finalmente, embora a herança seja igualmente mobilizada por homens e mulheres, a carreira municipal das herdeiras é mais lenta do que a dos herdeiros que se libertam mais facilmente do *cursus honorum* clássico do edílico.

Fornecendo ao mesmo tempo o sentimento de competência (socialização para a política) e a reputação de competência e honorabilidade (sobrenome reconhecido localmente), as heranças política e eletiva, no entanto, permitem que as mulheres subvertam os efeitos desmobilizadores de seu gênero na política, desde que o contexto local seja favorável e que elas possam superar uma divisão desigual do trabalho doméstico. É realmente necessário substituir a transmissão hereditária dos mandatos municipais para as mulheres em suas condições sociais de possibilidade e levar em consideração a dimensão temporal do compromisso político que particularmente obriga as mulheres a acessar as funções de representação⁵³.

Historicamente, o fato de que o poder municipal nas áreas rurais é apoiado pela propriedade da terra contribuiu para a produção de eleitos municipais majoritariamente masculinos. No entanto, a

⁵³ LE QUENTREC, Y. "As militantes políticas e sindicais à prova do tempo doméstico". op.cit.

existência de outras formas de recursos sociais do político nas pequenas cidades permitiu às mulheres emprestar formas alternativas de acesso ao edílico. A este respeito, a hereditariedade política permitiu e permite ainda hoje as mulheres que, em princípio, estão relutantes em exercitar o poder municipal, a se tornarem prefeitas. Fracamente dotadas de capitais econômico e cultural que geralmente filtram as entradas para o campo político central, elas podem, como os homens, apresentar sobre a cena municipal as formas de recursos localizados que, no entanto, somente têm valor dentro do espaço político restrito ao território da comunidade, o que limita fortemente as oportunidades de profissionalização política.